

105

sim, não tinha conhecimento do documento, o que impediu que eu me
 lance a seu respeito e, disse a seguir, do seu ponto, pois mamara de aos
 dois anos de idade e depois, erescido para de mamar. Em seguida, disse
 que o Vereador Adailton Pinto de Andrade observara que no presente não
 se dava oportunidade de mamar espontaneamente, e em sua opinião quem ma-
 mava no conjunto ou mamava sozinho estava indo contra o Poder Público,
 ou seja, tal tipo de mamada no passado ou no presente representava para
 o PT o mesmo tipo de política que deveria ir para a lata de lixo. Quanto
 a Estalloy, disse que na Câmara ou no Conselho de Princesa sempre defen-
 dera a substituição, sempre estuara presente. Em seguida, disse o orador, que
 com referência a Estalloy o Vereador do PT estava prestando todo apoio,
 mas quanto a mensagem de reposte, disse que o Vereador Alfredo Barreto
 não tomara conhecimento por estar viajando muito, ficando cerca de sete dias
 em Brasília em falta e, que a mensagem chegou a Casa antes dos onze
 horas. Quanto a mamar nas telas do Governo disse que não se referia ao Ve-
 reador do PT até mesmo pelo fato de não ter pertencido ao Governo ante-
 rior, mas que o comportamento do Senhor Comar Sampaio deveria ser melhor
 analisado, e registrando seus recelto por motivos já enunciados, encerrou sua
 fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso do Tribuna, o Senhor Pre-
 sidente transferiu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Nesta
 etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Encaminhados a Comissão de Con-
 stituição e Justiça os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 031/93 - Mensagem Exe-
 cutiva nº 010/93 e Projeto de Lei nº 032/93 - Mensagem Executiva nº 011/93. Apro-
 vados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 097/93 e Requerimento nº 098/93.
 Aprovadas as Indicações nº 167/93 e 168/93. Não havendo mais matérias para
 serem apreciadas neste segmento, e nem oradores para o uso da Tribuna em Expi-
 rescivo Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E
 para encerrar, mandou que se lances a presente Ata, que depois de lida, submetida
 a aprovação Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
 Secretário

Am

Ata da Vigésima Primeira de
dinâmica do Primeiro Período de
legislativo do Município Municipal
de Cabo Frio, realizada no dia
17 de junho de 1993

As dezesseis horas do dia 17 de junho do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a comparecimento do Primeiro Secretário pelo Vereador Dirlei Perreira da Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio para a sessão, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Oney Silva da Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bezza de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio Carlos Perreira da Cunha, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Eduardo Antônio Vilela, Ivan Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Joaquim Schumdt, Luiz Antônio de Abreu Póças, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Perreira, e Sílvio Rodrigues Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. Após cumprimento do rito regimental o Senhor Presidente relatou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Inquirimento nº 10/93, de autoria do Vereador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, assunto: Relato ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, informações quanto aos jurembrus feitos com o selho de Sagamento, mês a mês de janeiro a junho; Inquirimento nº 10/93, de autoria do Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, assunto: Inquirir a negociação da Moeda de República aprovada nesta Casa do Vereador Luiz Paulo Fernandes Figueiredo, Indicação nº 164/93, de autoria do Vereador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, assunto: Inquirir ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a criação de Novo Supplemento de Fiscal, Indicação nº 110/93, de autoria do Vereador Eduardo Antônio Vilela, assunto: Inquirir ao Excmº Senhor Prefeito Municipal que é órgão competente do Prefeito Municipal mobilize junto à Auto Viação de Linhas 3 Insumos de Linha Nova de Pedro Álvares de Barros Vilela do Dr., Indicação nº 111/93, de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Relato ao Excmº Senhor Prefeito Municipal Sistema e Manutenção das Ruas Brancas:

Almirante Lamandari, Visconde de São João, conspiração e Tomé de Souza, Indicação nº 112/93, de autoria do Vereador José Oscar Elias, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal que agilize e instabeleça o processo do Raimundo do Sol, Indicação nº 114/93, de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a substituição da iluminação pública das ruas Duarte da Costa, Tomé de Souza e outras do Bairro Guanari e Indicação nº 113/93 de autoria do Vereador Luiz Antônio de Belle Colhas, assunto: Solicita ao Excmo Senhor Prefeito Municipal, iluminação, iluminação e saneamento básico para as ruas do Bairro Jardim Esplanada. Não havendo mais matérias para serem lidas no Expediente, o Senhor Presidente transportou o trabalho de expediente dedicado ao uso da tribuna para os Vereadores inscritos em livro próprio. Deputou a Tribuna como primeira orador inscrito, o Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, com o seguinte pronunciamento: falou que observara recentemente dispõe sobre discussão única nas Comissões para o Prefeito de Lei Orgânica do Executivo dispõe sobre reajuste salarial dos funcionários Municipais. Disse que o exemplo de outros Governos, o funcionalismo continuava a ser punido com baixos salários, com o agravante de que o Prefeito foi Bonifácio não mantinha diálogo com as entidades representativas do trabalhador da Prefeitura para negociar a questão salarial. Disse ser do conhecimento das entidades representativas do funcionalismo, que em janeiro de 1993, a situação financeira da Prefeitura era difícil em virtude dos Governos desastrosos de 1983 a 1992. falou que a mensagem de reajuste salarial estava aqui em mãos, observando também, os reajustes em forma de abono percebidos pela atual Administração. falou de suas lutas no passado em busca de melhores salários para o funcionalismo, fazendo que falava como Vereador e também trabalhador da Prefeitura deixando bem claro tal posição sempre a favor do funcionalismo. Dirigiu apelo a Prefeito foi Bonifácio para que em próximos reajustes não deixasse de lado as entidades organizadas como o SEPE, ASPH, Sindicato da Saúde e Associação de Fianças pois tais dirigentes sabriam compreender também as dificuldades do Município. falou de suas esperanças no sentido de que o Senhor Prefeito dialogasse com carinho a situação dos esvaziados que estavam ganhando como "ganso", ressaltando que ambas as categorias ganhavam mal a exemplo de outros segmentos, fazendo uma explanação sobre correlação de

lários e sucess distorções. Requisitou a presença dos motoristas da Prefeitura na
quela reunião, observando que também estavam com bons salários e que
deveria ser corrigido. Quanto ao Requirimento de urgência para o Projeto de
reajuste salarial, disse que não era por estar sobredito com os outros, mas
porque segundo entendimento com o Secretário Fábio Mendes, fora prometido
que o pagamento seria iniciado no dia 22 de maio em curso, o que considera-
va razoável visto a economia inflacionária. Fez solidariedade ao Vereador
Carlos Roberto Loureiro dos Santos, quanto a Requirimento solicitando ao Exe-
cutivo Municipal informações quanto a percentuais dirigidos a folha de pagamen-
to de funcionalismo, visto as exigências legais, frisando que em socializa-
ção, visto os bons salários a Prefeitura não ultrapassava os limites de
cinquenta e cinco por cento do orçamento em tal rubrica. Encerrando as-
sim seu pronunciamento. A seguir, o Senhor Presidente Marcos do Rocha Mendes
solicitou ao Vereador Luiz Antônio de Paulo Sobas, Vice Presidente da Casa
para que assumisse a direção dos trabalhos, visto estar inscrito no livro
de oradores. Ocupando a tribuna, disse o Vereador Marcos de Rocha Men-
des em relação a Renúncia do Executivo dispondo sobre reajuste salarial dis-
se que se posicionou contrariamente, não concordando com os índices, mu-
to menos com os critérios que diferenciavam categorias. Disse que o Reunião
era própria para que o Senhor Prefeito estivesse presente e assim, pudesse ser o
mesmo questionado quanto ao comportamento da arrecadação Municipal,
visto não estarem sendo afixados na Secretaria de Fazenda os boletins
específicos e assim, a Câmara não podia ser avaliada se o Prefeito tinha ou
não recursos para dar significativo reajuste aos funcionários. Disse estar so-
lidário com os funcionários da Prefeitura e, fazia proposta ao Prefeito para
que o Executivo e Legislativo juntamente com os representantes dos funcio-
nários, pudesse ser colocado de maneira clara e franca a situação da
Prefeitura e o porque do reajuste na média de dez por cento, sem qual-
quer justificativa do Prefeito Municipal. Realizou um melhor diálogo do Re-
público Municipal com as categorias profissionais da Prefeitura, pois governar signifi-
ca diálogo também com os funcionários. Afirmou o Vereador Marcos de Rocha Men-
des, que ao chegar na Câmara via de total independência para com o Governan-
to Municipal, embora fosse eleito pelo mesmo partido, mas sobretudo era Vereador do
povo edificado, e assim, sobrava do Senhor Prefeito compromissos assumidos na

campanha como por exemplo a valorização do funcionário municipal o que não
 tinha ocorrido, e assim, encerrou seu discurso, agradecendo os trabalhos, o
 Senhor Presidente Vereador Marcos da Rocha Mendes, por ordem de nomeação con-
 vidado o Vereador Orlando da Silva Junior para que fizesse uso da tribuna. A
 seguir, ocupou a tribuna o Vereador Orlando da Silva Junior falando da in-
 satisfação de alguns companheiros e dele próprio pela falta de diálogo demons-
 trada pela Administração do Prefeito José Benício, e, da falta de uma lideran-
 ça do Governo na Câmara Municipal. Enunciou também, a elevação de alguns se-
 cretários, e que discutia não só a elevação dos Vereadores, mas, prejudican-
 do as postas reivindicações oriundas da comunidade e aprovadas pelo povo.
 Disse que para aqueles que espiciam uma "reviravolta" positiva nos elei-
 tos de Cabo Frio, através do Prefeito José Benício, experimentavam agora a
 sensação frustrante da decepção. Comentou sobre o investimento elevado do Pe-
 lúcio em equipamentos e que agora a opinião pública exige que o Governo
 demonstresse competência na aplicação dos mesmos. Disse que agora, provavel-
 mente, os Bancos locais de Cabo Frio teriam os obras prometidas pelo Pe-
 lúcio. Fez comentários sobre a situação esdraxurada dos "Zicacos" não con-
 cessados, atingidos por Decreto do Executivo e, retornando a condição de Ca-
 rular Administrativo, gerando graves problemas financeiros para as famílias
 estando que outros funcionários federais e estaduais também atingidos pelos
 mesmos dispositivos constitucionais tiveram os cargos preservados e em Ca-
 bo Frio tal não ocorreu e, que tal não política também atingiu a Câmara.
 Quanto ao renúncia de reajuste salarial, disse que era muito pouco, mas que
 a Câmara deveria aprovar para não ficar responsabilizada por outras perdas,
 quando na verdade o que se exigia era uma política salarial definida e, equi-
 tada com equidade pelo funcionalismo. Afiriu que o renúncia do Executivo
 quanto a salários ainda apresentava deformações graves e registros outros
 injustos pelo que protestava. Salvo que a Câmara seguir tinha elementos para
 apreciar as condições de disponibilidade financeira do Prefeito, pois os do-
 cumentos imprescindíveis como Balanços e Boletins de recordação não são
 fornecidos em tempo hábil, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna
 o Vereador Dilton Junior da Silva, observando inicialmente que faltavam mil de-
 zentos e seis dias para que a população de Cabo Frio votasse e eleger. Disse em
 busca de sua posição um humanista de fora dos dotes do funcionalismo, conside-

Quando irrisório a proposta de reajuste salarial pelo Prefeito em homenagem enviada à Câmara. Disse que ao longo de sua carreira política jamais viria a sentir lamento achato mínimo de salários ativos da Prefeitura, frisando que já presenciara movimentos grevistas em vários Governos e todos justos, não entendendo porque em momento dos mais dramáticos vividos pelo funcionalismo as lideranças sindicais e de associações ainda não haviam se manifestado para defender os interesses do trabalhador. Disse que tais lideranças que antes deflagravam movimentos grevistas, agora estavam "momando" nas telas do Governo Municipal, não tinham autoridade moral para defenderem os interesses maiores dos trabalhadores da Prefeitura. A seguir, desafiou as lideranças dos trabalhadores da Prefeitura para que viessem à Pólvora e desmembassem suas afirmativas. Afirmou que estava instalado, em Cabo Frio um Governo autônomo, ditatorial, que não mantinha diálogo com as entidades e muito menos com o Poder Legislativo. Disse que embora o Prefeito sonegasse informações, a Câmara sabia que a Administração tinha condições de pagar melhores salários aos seus funcionários, afirmando ainda, que o Executivo estava usando indevidamente o dinheiro do povo de Cabo Frio, porque preferia comprar máquinas e caminhões gastando mais de um milhão e trezentos mil dólares, e imputava ao funcionário um salário de fome. Salou que a Câmara estava lidando com um Prefeito mentiroso, que sonegava informações, e ainda, tentava pagar os funcionários contra o Legislativo. Disse que a Câmara jamais se colocaria contra o funcionário Municipal, ali mesmo por uma tradição e solidariedade sempre demonstradas pelo Legislativo. Quanto a homenagem de anistia fiscal do Executivo, disse que o texto fora encaminhado pela Câmara porque o Prefeito queria beneficiar os especuladores de Búzios, e que haviam bancado sua campanha. Disse não aceitar que o Prefeito propusesse um salário em média de quatro mil cruzeiros para o síndico, e quarenta milhões para os Secretários, o que considerava uma injustiça. Disse ser preciso demonstrar o fazendeiro, que havia sido eleito com a maioria dos votos do povo, que prometera a etc o parv de primeiro de janeiro, mas agora já estava no "bico" dos empresários dos transportes, e afirmando que todos queimam a cidade por inteiro brado: diladua nunca mais, torbica nunca mais, trator nunca mais. Enunciou sua fala. A seguir, supou o tribuna o Senador Adailton Pinto de Andrade, assim discursando: Saudou inicialmente

a presença de funcionários da Prefeitura, principalmente motoristas, e o requer, an-
 heba com unanimidade a Abrenxagem do Executivo propondo dez por cento em média
 para o funcionalismo classificando o documento como uma moção contra a
 dignidade dos servidores. Adiante analisou as diversas categorias profissionais
 em relação aos salários propostos, aduzindo não ser vontade que a Câmara não
 aprovaria o Projeto de Lei, considerando tais बातs como tentativa de incom-
 patibilizar o Legislativo com os funcionários. Disse que o Prefeito foi Bonifácio
 não cumpriu com suas promessas de campanha e, no presente o Professor que
 havia apoiado maciçamente a candidatura do PDT estava aliado a be-
 gundo Plano. Lembrou que o etc ainda não havia se instalado em Cabo Frio
 como prometera e então candidato, enquanto Arriaga e Aníbal do Cabo já
 tinham a Empresa Estadual operando satisfatoriamente. Disse também, que a
 Comunidade do Peró aguardava o cumprimento da promessa, quanto ao docu-
 mento de terrenos, o que também não estava sendo cumprido e agora exigia,
 contas de luz e de água para que tais documentos fossem processados. Quanto ao
 Concurso Público, disse ser o favor, mas o Prefeito ingressara no CERS, Empre-
 sa Estadual sem concurso e agora cobrava do funcionário. Falando sobre a
 criação de cargos, disse não ser contra, mas, um Administrador de Bairros ge-
 nhava quinze milhões e oitocentos e não aparecia no setor, porque os aporci-
 nhados do Prefeito é que haviam sido beneficiados. Falou da situação dos fi-
 ciais que haviam sido desclassificados por Decreto, e que passavam por sérios
 problemas sem que o Prefeito se importasse, não respeitando a dignidade de
 ser humano, a justiça, e como um ditador governava o Município com o
 funcionário soltando. Citou a situação da ASPH e dos Sindicatos representa-
 hndo essas lideranças ligadas ao Executivo nada faziam, simplesmente se
 omitiam. Disse esperar que o Prefeito enviasse para a Câmara uma Abrenxagem
 de reajuste salarial, digna decente e que por certo seria aprovada sem maiores
 problemas no que finalizou sua peroração. O requer, ocupou a tribuna o Vereador
 Alfredo Lima da Rocha Barreto proferindo discurso a seguir relatando: Começo inicial-
 mente que estava aqui, e, que durante os últimos quatro anos participara ab-
 namente de movimentos classistas em Cabo Frio, principalmente com relação
 ao Sindicato dos Professores e ASPH. Disse que fazia tais registros, porque de ou-
 tra forma não acreditaria na unanimidade com que via alguns colegas defenden-
 do o funcionário Público. Disse que no Câmara em anos anteriores esteve pre-

M

rente na tendência de trabalhar e ouvir o silêncio e a omissão daqueles que compartilhavam com os princípios políticos de governos passados. Disse-se que logo após a eleição do Prefeito José Bonifácio, dissera ser melhor combater com a minoria com a possibilidade de querer que governar com os oportunistas, com os que novamente estavam na expectativa do próximo. Disse, que para alguns Vereadores o "toma lá dá cá", não estava funcionando e assim, alguns estavam acuriosos na defesa do funcionalismo, com tais Vereadores se posicionando de forma a que o passado fosse esquecido, mas não sendo, aduziu o orador. Falou daqueles que ingenuamente colocavam suas expectativas no "se Deus quiser", observando o orador que Deus sempre quer o melhor. Dirigindo-se aos funcionários presentes, disse que as conquistas teriam que ser ganhas no jogo adverso, e, não via outra saída. Disse que se de fato, haviam reuniões dentro do Gabinete do Prefeito, e, através de "punchaços" os trabalhadores tinham um direito, porque esta era a prática. Disse não saber qual a proposta que chegara à Câmara, mas em sua opinião era a proposta de colocar no debate, frente a frente, exigindo a negociação, com o presence do Prefeito, que agora se recusava a receber as reivindicações. Segundo uma das lideranças do ASEM, cerca de cinco ofícios enviados ao Prefeito haviam ficado sem resposta, e o mesmo, ocorrendo com outras entidades e assim, mesmo tendo alto custo o diálogo tinha que ser resgatado do registro que a expectativa de uma gestão democrática, transparente, voltada para a população estava se frustrando após seis meses. Relatou que até o momento o povo só via atos administrativos autoritários, com memorandos enviados às repartições punindo funcionários, parte de inutilidade, parte das suas horas na Educação, licença Sindical que era uma grande questão. Opinou que tudo fazia parte de um esquema para desmontar a sociedade organizada, porque a sociedade em Cabo Frio era frágil mesmo e que sempre esteve fragilizada, e o pouco dela que se organizou no presente, que lutava no presente recebia um tratamento do Governo que não podia ser aceito, tratamento que era para aniquilar mesmo, pois quem não dialogava, quem não recebia era porque não era democrático. Opinou que o trabalhador precisa dizer ao Prefeito que existe alternativas para o encontro de uma política social, mas antes era necessário o diálogo. Rememora que o seu Partido tinha proposta, mas indaga quem iria colocá-las se não estava a mesa do diálogo.

Fornecer informações quanto a situação financeira da Prefeitura, compromissos em estabelecer relações Democráticas com os servidores, pois segundo o orador algo chamado pelo Governo com todo a Sinceridade, e que não estava sendo cumprido, e assim, era chegada a hora de tais compromissos serem resolvidos. Quanto a Remoção de reajuste salarial, disse que era contrário, pois não uma Remoção indecente. Disse também, que o Prefeito José Bonifácio não cumpria com o compromisso de regularizar a situação do Diretor Adjunto das Escolas, sequer de estando o questão com a categoria. Então a seguir, o Governador Brigida por ter mencionado todos os movimentos de entidades classistas no Estado frisando, que não falava em greve, falava em diálogo em transparência. Falou da situação financeira do Município que segundo se sabia era das mais confortáveis embora o Prefeito negasse as informações. A seguir, disse que a maioria estabelecida pelo Governo no legislativo era o preço do que agora estava colhendo, porque tal maioria fora faccioso, corruptos e tendenciosos falou da condição que tinha o legislativo no sentido de pressionar o Executivo, de que devia explicações não apenas com relação a Remoção de reajuste salarial, mas a inúmeras outras que eram ponto de discordância no Município. Quanto a Remoção 010/93, dispoendo sobre autorização para o Executivo estabelecer convênios e consórcios, disse que considerava o documento um absurdo, pois a Câmara não podia assinar cheque em branco. Falando que o Prefeito tinha que manter abertas as portas da Administração consultando os servidores a tudo, encerrou sua fala. Como último orador iniciado para uso da Tribuna, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio de Rêgo Alves proferindo o seguinte discurso: Abordando a Remoção 011/93, do Executivo Municipal, dispoendo reajuste salarial do funcionalismo, disse que se queria muito denegrir a imagem do Governo, embora sem opinião nos meses de atuação. A seguir, ponderou que não sabia no caminho como o Prefeito José Bonifácio, e sim, com Paulo Rizzo, e, atualmente fazia parte do Bloco de sustentação do Governo com muita honra, mas lembrando que não estava com uma colher no pescoço e muito menos sendo obrigado a dizer "amim" ao Senhor Prefeito. Disse que votava favoravelmente a Remoção de reajuste salarial, na medida em que os funcionários esperavam receber o pagamento na terça-feira, 22 de junho, de acordo com a programação da Prefeitura, e, mediante aprovação do documento na Câmara. Afirmou que a Remoção era barbaçal, que o

Im

quanto ao miraculoso que o Governo estava ocultando o quanto arrecada-
va, embora estivesse com o Governo, não podia ocultar a verdade. Quan-
to a compra de máquinas e outros equipamentos, disse que por ter sido Se-
cretário Municipal durante um ano em São Paulo, na área de Serviços Públicos,
sabia o quanto era difícil trabalhar sem máquina, considerando as en-
tregas sem fundamentos. Pregou o que fazer com cerca de quarenta moto-
cicletas do Prefeitura, operadores de máquinas, balizadores, sem que houvesse
equipamento, e, sem altamente negativo que tais trabalhadores fossem
cegos. Considerou absurdo, motoristas com mais de quinze anos de Prefe-
eitura receberem quatro milhões de salários em média, um pouco mais ou me-
nos, tendo a responsabilidade de dirigir e caminhões valendo mais de
dois bilhões de cruzeiros. Disse não ser fácil dirigir um caminhão, operar
um trator ou retro-escavadeira, sem ter a "barriga etica", sem ao menos ter
tomado café, entre outros sacrifícios que eram impostos a seus trabalha-
dores. Disse não fazer parte de qualquer sindicato, nem estava filiado a Part.
do Trabalhador, observando que atualmente estava sem partido, mas não se-
ria por tais circunstâncias que deixaria de defender o classe, pois sabia
a ansiedade da família do funcionário Público. Disse a seguir, que não era
Professor, que não era funcionário Público, mas que já estivera junto, sobre-
tudo, e que muitos profissionais presentes naquela Reunião haviam sofrido por
isso com o avô. Falou a seguir, que o Governo estava errando, estava
perdendo, mas que não estava com os portos tão fechados, como se a-
firmava, indagando a seguir, quem não erra, quem não peca, qual
o Sacerdote que era inocente, qual o Prefeito no Brasil que não erro-
ra. Prosseguiu, disse que o importante era reconhecer o erro, e que posições
podem mudar. Com relação ao salário de motorista, disse que o Sindica-
to estabeleceu no faixas de dezesseis milhões de cruzeiros, para operação
de veículos pesados, o exemplo dos profissionais da Prefeitura com o mes-
mo tipo de equipamento, mas recebendo apenas quatro milhões e seiscentos
mil cruzeiros, sem direito a falar, pois era ligado ao caminhão e posto
de lado. Falou a seguir, sobre o tema de enfermagem que recebia cinco mi-
lhões e oitocentos mil cruzeiros, o que não era um salário digno. Falei como
também sobre o salário médio de Professores, no faixas de seis milhões seis-
centos e seis mil cruzeiros, observando que sua esposa era professora falan-

do que conhecia de perto os interesses da classe. Prosequindo, disse que estava sempre a disposição de todos os trabalhadores da Prefeitura, que não ali ao Prefeito a necessária posse, e embora os problemas ainda continuava a creditando no atual Governo, tendo, entretanto que naquela reunião, após as ponderações o Governo Municipal iria reflectir melhor e encontrar outros caminhos. Disse que em suas reuniões de Governo, não podia occultar que o Prefeito fosse embebedado, indagando se era chegada a hora para tais posicionamentos criticos. Adiante, o vereador Luiz Antonio de Abello Pato, condinou o que considerava posições demagógicas assumidas na Tribuna, enfatizando que o municipalismo estava cansado de apenas ouvir promissas e nada mais, dando como exemplo os motanistas presentes a reunião. Pontuou que os municipais deveriam se manter calmos, que não poussem para a agressão, que a nada levaram, e que só através do dialogo e que as vitórias eram lentas, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado o requerimento nº 100/93; Substituição de Parecer e requerimento nº 109/93. Aprovadas as seguintes Indicações: Indicação nº 169/93, Indicação nº 170/93, Indicação nº 171/93, Indicação nº 172/93, Indicação nº 173/93 e Indicação nº 174/93. Terminada a Ordem do dia e não havendo oradores para fazerem uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, e, para rematar, mandou que se lavasse a presente Ata que depois de lida, submetida a aprovação Unanime, aprovada, sua assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ata da Sessao Simples e Ordinaria do Primeiro Conselho Municipal da Câmara Municipal de São João, realizado no dia 22 de junho de 1993.

As dezessete horas do dia 22 de junho de mil novecentos e noventa e três.